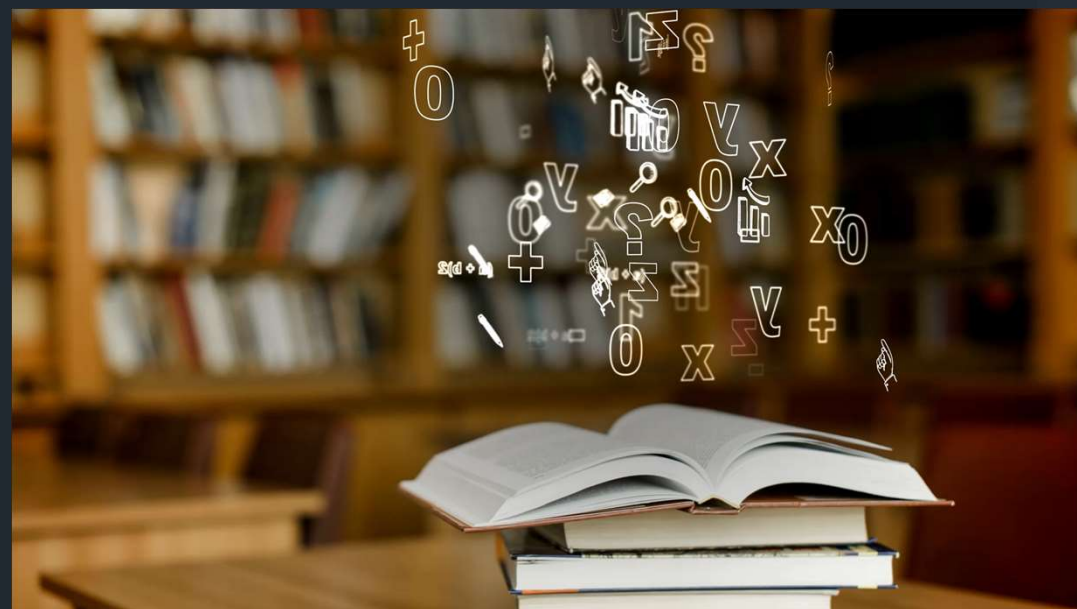


SUEn - Sistema Único de Ensino

Proposta para uma
Reforma Educacional
Inclusiva



Jul 2021, v 0.9.9.8

Conteúdo

Introdução.....4

Diagnóstico.....6

Proposta do SUEn30

PEC.....63

Estrutura ministerial.....69

Implementação.....73

Desafios.....76

Estimativa de valores.....78

Por que reformar a Educação?

1. Porque a educação deixou de ser o canal de ascensão social dos estratos mais baixos da população.
2. Porque o baixo nível educacional restringe o aumento do padrão de vida da população brasileira, ou seja, inibe o desenvolvimento econômico e ainda agrava a desigualdade social.

O que é baixo nível educacional?

É a falta de conhecimentos gerais e específicos por parte da população, ou a incapacidade de aplicá-los de forma efetiva na atividade sócio econômica.

Não se trata apenas de escolarização, pois o Brasil tem melhorado substancialmente sua escolarização nas últimas décadas.

Trata-se da capacidade de transformar escolarização em produtividade e integração social, a ponto de que a sociedade ultrapasse uma certa barreira para se mover de forma autônoma e endógena em direção a uma sociedade mais rica e integrada.

Por que
deixou de ser
canal de
ascensão?

Porque aos egressos dos estratos mais baixos da sociedade, cursar uma escola pública, mesmo até o ensino médio, já não abre portas de trabalho digno e bem remunerado.

Há um apartheid social no Brasil, onde jovens dos estratos mais baixos encontram barreiras não explícitas de acesso aos mercados de trabalho, a despeito de sua capacidade cognitiva ou potencial acadêmico.

Sem oportunidades de acesso imediato às vagas mais bem remuneradas e produtivas, estabelece-se uma tendência à obsolescência e inércia social, ou seja, à ultrapassagem desses jovens pelas gerações seguintes, dificultando cada vez mais sua inserção no mercado de trabalho.

Diagnóstico (praticamente consensual...)

A baixa produtividade da força de trabalho, bem como as profundas desigualdades sociais do país, ambas, têm origem e estão intimamente ligadas às desigualdades do sistema educacional.

Apenas uma proporção pequena de trabalhadores entrantes no mercado de trabalho têm produtividade suficiente para contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento econômico e social.

Opinião

GRUP **GLOBO**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Roberto Irineu Marinho

VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho - José Roberto Marinho

PRESIDENTE EXECUTIVO

Jorge Nóbrega

Valor^{ECONÔMICO}

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Vera Brandimarte

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Brasil fica para trás na corrida pela produtividade

Brasil perde há um bom tempo a corrida pela competitividade global. A América Latina, em cujo

crescimento do país e na produtividade também é conhecida. "Melhores instituições aumentam os incentivos para acumulação e

Diagnóstico
praticamente
consensual...

Editorial, Valor, 21/08/20

no Brasil. O indicador de capital humano brasileiro só é mais alto que o do Paraguai entre 8 países latinos e 14 países do Leste europeu analisados. Esta é a base da construção do atraso, por motivos conhecidos: mão de obra bem formada facilita a adoção de novas tecnologias, de processos de produção e auxilia na acumulação de conhecimento.

Editorial, Valor, 21/08/20

Diagnóstico
praticamente
consensual...

Itália. Não é surpreendente: o Brasil tem baixo investimento, mão de obra pouco qualificada, índices ruins de governança e ambiente de negócios, e cresce pouco. É importante melhorar tudo, mas é crucial e urgente elevar a qualidade da educação em todos os níveis, sem a qual a produtividade seguirá decadente, como nos últimos anos.

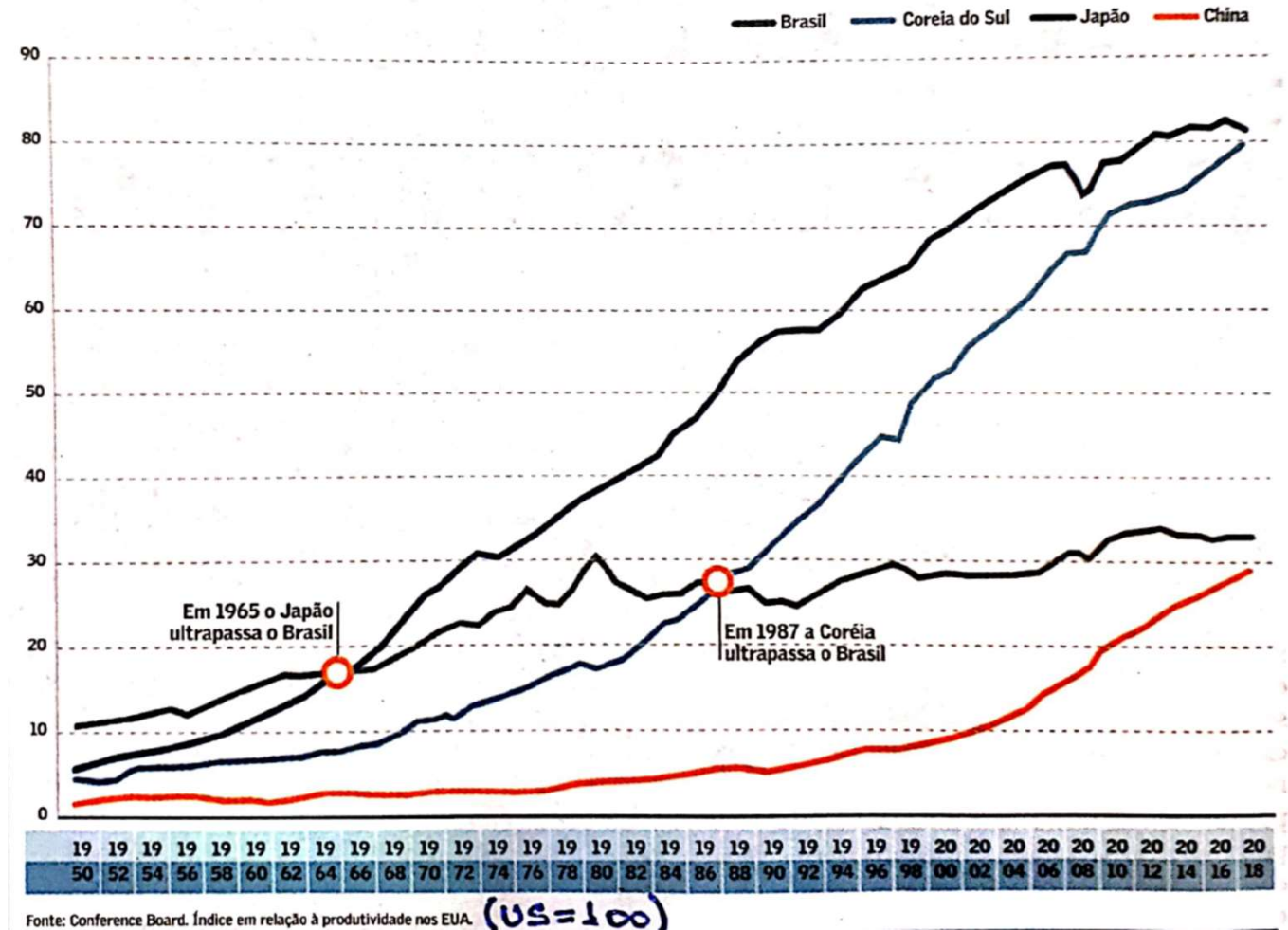
Editorial, Valor, 21/08/20

Diagnóstico
praticamente
consensual...

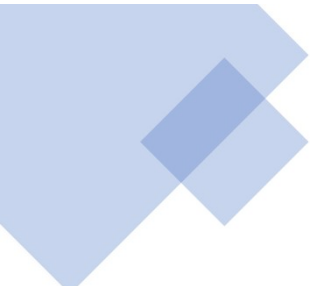
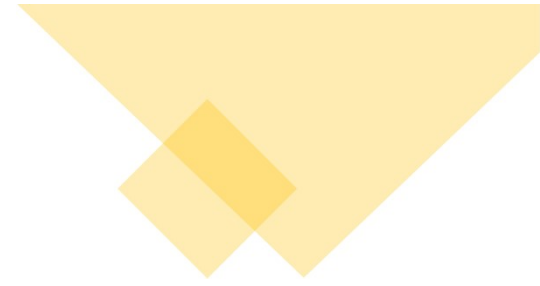
O Brasil parou
na década de
1980...

Produtividade por Trabalhador Empregado


Em US\$ de 2018



- Fonte: Luque, Silber, Luna e Zagher, "Produtividade do trabalho e crescimento econômico", Valor de 16Ago21.

- 
- 
- “O principal elemento citado como causa do **sucesso sul-coreano** é o forte investimento em **educação básica e qualificação da mão de obra**, dois pontos em que o Brasil teve avanços muito aquém do necessário.”

<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2022/02/19/as-armadilhas-que-impedem-o-brasil-de-crescer-na-economia.ghtml>



A produtividade do trabalho é baixa...

Crescimento sustentável requer produtividade no trabalho

Bruno Villas Bôas
Do Rio

O crescimento sustentável da economia brasileira daqui para frente dependerá do avanço da produtividade do trabalhador, o que só será possível pela persistência na agenda de reformas, conclui um novo estudo sobre o tema do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Publicado na seção em Foco, no Boletim Macro do Ibre/FGV, o trabalho mostra que a renda per capita — que consiste no Produto Interno Bruto (PIB) dividido pela população — cresceu 0,9% ao ano de 1981 a 2018. Desse resultado, a produtividade da hora trabalhada contribuiu com 0,4 ponto percentual ao ano.

O estudo assinado pelos pesquisadores Fernando Veloso, Silvia Matos e Paulo Peruchetti mos-

tra que a renda per capita cresceu acima da produtividade porque outros fatores relacionados ao mercado de trabalho (taxa de ocupação e de participação, por exemplo) e populacionais, como o chamado bônus demográfico, contribuíram no período.

“Os fatores que permitiram que a renda per capita crescesse acima da produtividade desde o início da década de 1980 não contribuirão positivamente no

futuro”, acrescenta o estudo, destacando o esgotamento do chamado bônus demográfico, que contribuiu só com 0,1% ao ano para o avanço da renda per capita de 2014 a 2018.

Dividida por períodos a partir dos anos 80, a renda per capita teve seu pior desempenho entre 2010 e 2018, quando recuou 0,2% ao ano. É um resultado inferior, inclusive, ao período de 1981-1990 (+0,3% ao ano), a

chamada década perdida. Naquela período, a produtividade do trabalho jogou contra, mas também foi compensada pelos fatores demográficos.

Para o Ibre/FGV, a lenta recuperação do crescimento econômico desde o fim da recessão, que durou de 2014 a 2016, pode estar associada ao fraco desempenho da produtividade do trabalho, que ficou estagnada em 2018 e teve queda nos três primeiros trimes-

tes do ano passado — e que deve ter registrado nova taxa negativa no fechamento de 2019.

No ano passado, o Instituto Brasileiro de Economia da FGV lançou o site Observatório da Produtividade, que reúne dados sobre produtividade da economia brasileira, além de estudos e análises sobre o assunto. Para o instituto, o tema é uma das preocupações centrais para o debate em torno do desenvolvimento econômico brasileiro.

A produção de riqueza é baixa...

Conjuntura Crescimento médio da economia é quase um terço da média global

PIB brasileiro 'perde' para 83% dos países nos anos 2010

Bruno Villas Bôas
Do Rio

emergentes, que foi de 5,1% ao ano entre 2010 e 2019. Dados levantados pelo pesquisador do Ibre/ECV mostram que esse de-

DIVULGAÇÃO

Ranking da PIB do Brasil ficou

Varição do PIB e

Posição	País
193º	Libia
192º	Venezuela
188º	Grécia
174º	Portugal
165º	Argentina
163º	Japão
162º	França
161º	Brasil
148º	Reino Unido
140º	Alemanha

Além disso, a discriminação na educação é grande...

- “..., ao longo da última década, (o debate acadêmico) tem deixado pouca dúvida sobre a **centralidade da discriminação dentro do processo educacional na reprodução social das desigualdades.**” (IPEA, Soares et al, 2005)
 - Atualmente os pais colocam os filhos em escolas particulares não somente motivados pelo nível acadêmico; mas também, e principalmente, **em virtude do nível sócio econômico** dos alunos (“**Quem serão os amigos do meu filho pelo resto da vida?**”)
 - Os pais sabem intuitivamente que o **ambiente** determina mais do que o nível acadêmico no sucesso do filho... (intuição alinhada com literatura acadêmica)

Diagnóstico de um especialista =>

Para aumentar mais rapidamente o padrão de vida da população brasileira no longo prazo, sem depender de fatores externos e evitando efeitos colaterais, é necessário conjugar aumentos do salário-mínimo com reformas institucionais, igualdade de oportunidades e melhorias na qualidade da educação, que permitam aumentar a produtividade da economia brasileira.

Naercio Menezes Filho, é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de

Nível socioeconômico define desempenho...



A discriminação na educação é grande...

Só se pode falar em mérito se todos tiveram as mesmas oportunidades. Por *Ana Stumpf González*

Tem um negro na minha vaga

Existe um *apartheid* social no Brasil, engendrado pela desigualdade na Educação.

Covid-19 escancarou a desigualdade...

Pela primeira vez, o Programa da ONU para Desenvolvimento (Pnud) prevê uma queda no IDH global e o Brasil não será exceção. A pandemia afetou fortemente as três dimensões analisada -- saúde, educação e PIB. Tudo reforça a necessidade de mudanças, que já deveriam ter começado, especialmente no campo da educação, que tem a vantagem de repercutir diretamente na redução da desigualdade.

Heloisa Morel, do Instituto Península, pondera que, apesar das inúmeras complicações, a pandemia lançou nova luz sobre a disparidade social no Brasil. E isso, em alguma medida, pode ser positivo. “O fato é que, até aqui, a sociedade normalizou algo que não poderia ser visto como normal”, nota. “As pessoas precisariam olhar para esse tipo de problema e não deveriam dormir. Este momento pode funcionar como um alerta.” ■

É também questão de racionalidade...



*Sejam quais forem os motivos da desigualdade — origem familiar, baixa autoestima, discriminações presentes, ou qualquer outra razão — **o sistema de ensino tem o desafio de compensar as desvantagens e equalizar as oportunidades** para todos os alunos*

(Educação => Justa oportunidade).



*Isto não é somente uma questão de **justiça social**,
mas também de **racionalidade econômica!***

*“Com o fim do bônus demográfico, a **única forma de se aumentar a renda per capita do Brasil nas próximas décadas será por meio da elevação da produtividade do trabalhador.**” (FGV-IBRE, Veloso et al, 2019)*

Ferramentas boas, mas limitadas...



Fundeb



Saeb

Fundeb = 63% da verba da Educação Básica


- Problemas:
 - Falhas na *formação* do fundo
 - Nem todas as fontes de recursos de Estados e Municípios são incluídas, portanto enseja cálculo errôneo sobre a capacidade contributiva (riqueza) de cada estado.
 - Falhas na *distribuição* do fundo
 - As verbas eram distribuídas *por estado*, ocasionando desigualdades entre município dentro do mesmo estado;

o que está por trás do debate sobre o financiamento da educação pública no Brasil é a possibilidade de crianças pobres não estarem condenadas a frequentar escolas pobres. Como adverte Naercio Menezes Filho, o atual estágio da educação no país é uma barreira no trajeto para que os jovens ascendam socialmente por seus próprios méritos.

Sexta-feira, 31 de janeiro de 2020 | **Valor**

SAEB atualmente... (Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019)

- Art. 3º Considerando a qualidade da Educação Básica como um atributo multidimensional, o SAEB toma como referência **sete dimensões de qualidade da Educação Básica** que se inter-relacionam para promover percursos regulares de aprendizagens com vistas à formação integral dos estudantes brasileiros:
 - I - Atendimento Escolar;
 - II - Ensino e Aprendizagem;
 - III - Investimento;
 - IV - Profissionais da Educação;
 - V - Gestão;
 - VI - Equidade; e
 - VII - Cidadania, Direitos Humanos e Valores

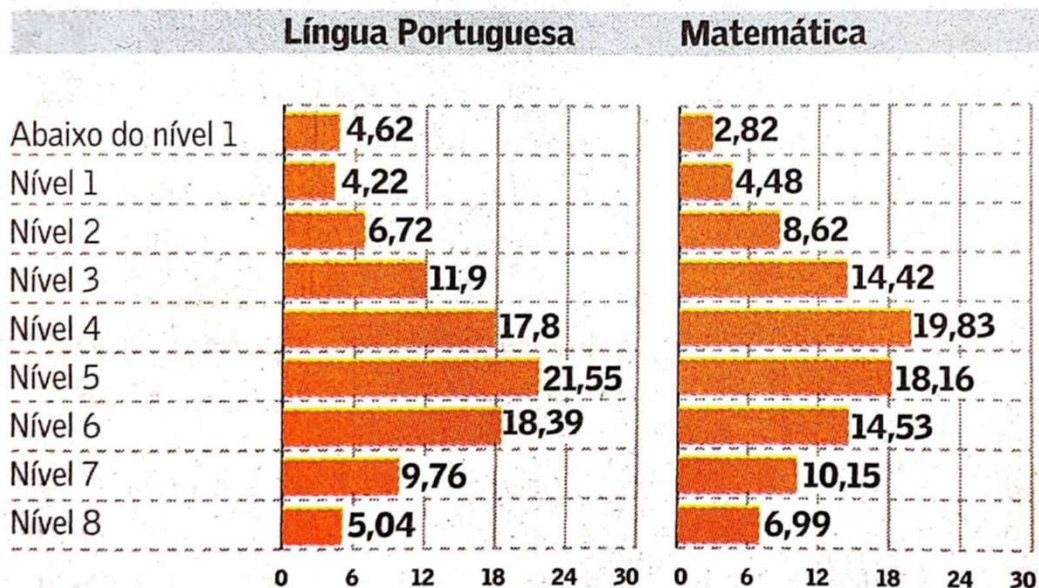


O foco da Aneb-Saeb
não é a avaliação de
conhecimentos...

Avaliação sobre conteúdos ainda é frágil...

Avaliação sem 'régua'

Veja percentual de alunos do 2º ano do ensino fundamental em cada escala de proficiência



Fonte: Inep

Em ciências da natureza e humanas, mais da metade dos alunos de 9º ano têm até o nível 2 de proficiência

Inep não usou parâmetros para classificar os resultados de nova avaliação, o que prejudica a análise

Para especialistas, diagnóstico de que educação precisa de melhora permanece, mas faltam indicações sobre o rumo a seguir

Sobre propostas pedagógicas

- Existem várias propostas pedagógicas para melhora do sistema de ensino no país;
 - Porém, **nenhuma delas é consensual** como sendo aquela que vai inequivocamente levar o país a uma melhoria definitiva no ensino nacional.
 - **Como saber quais pedagogias realmente são vencedoras no contexto brasileiro?**
- Difícil dizer com certeza...

Limitações da Anresc (Prova Brasil)

- É aplicada somente às *escolas públicas* urbanas;
 - Aplicada *bianualmente*;
 - Avalia somente o letramento em *leitura e matemática*;
 - *Não avalia* o conhecimento em ciências naturais ou humanas;
- **Há divergências dentro do próprio MEC sobre qual deveria ser a abrangência da Anresc:**

“É necessário garantir o cumprimento da primeira diretriz do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, criado pelo Decreto no 6.094 de 24 de abril de 2007, que decidiu “estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir”. “

“A partir da introdução da Prova Brasil, o debate educacional deve considerar os resultados de aprendizagem dos alunos como critério de análise das escolas públicas brasileiras. “ (MEC, 2011 – PDE)

IDEB

- O índice varia de 0 a 10, mostrando de forma sintética o nível da escola, e permitindo traçar metas de qualidade educacional para as escolas.
 - A combinação entre *fluxo* (aprovação) e *aprendizagem* (desempenho) tem o mérito de equilibrar as duas dimensões:
 - se uma escola *retém* seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator *fluxo* é prejudicado, indicando a necessidade de melhoria.
 - Se, ao contrário, a escola *aprova* o aluno *sem aprendizagem*, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria.
- É bom, mas **precisa de aperfeiçoamentos.**

Fim do bônus demográfico

Segundo José Eustáquio Alves, só **restam 14 anos** para fazermos a transição...

Quarta-feira, 21 de julho de 2021 | Valor | A5

Brasil

Indicadores sociais

Pesquisador calcula que restam só 14 anos para o Brasil elevar ocupação e acelerar economia

Covid tira 5 anos de bônus demográfico do país

Marina Falcão
Do Recife

A pandemia acelerou o cronômetro para o Brasil aproveitar o finalzinho do seu bônus demográfico. Doutor em demografia (UFMG) e pesquisador aposentado do IBGE, José Eustáquio Diniz Alves estima que o país tem agora cerca 14 anos — cinco anos a menos do que era previsto antes da pandemia — para elevar sua taxa de ocupação de 40% para, no mínimo, 50%. Se falhar, terá oficialmente perdido o timing para mudar sua economia de patamar.

O início do bônus demográfico brasileiro começou na década de 70, quando a população em idade ativa (PIA) passou a crescer, em termos proporcionais, mais do que a população total. O processo acabou por volta de 2019, com a PIA perdendo velocidade em relação ao crescimento vegetativo, o que para uma linha de pesquisadores marcou o fim do bônus.

No grupo dos mais otimistas, Alves entende que o bônus demográfico ainda poderia ser aproveitado no Brasil — “com estresse” — enquanto a PIA cresce em termos absolutos, o que daria ao país um prazo até pelo menos 2040. “Com a pandemia, esse momento ficou mais perto de 2035”, avalia Alves.

O Brasil registrou a sua mais baixa razão de “dependência demográfica” entre 2015 e 2020. Em nenhum outro momento de sua trajetória, o país contou com tanta gente em idade para trabalhar em relação a sua população total. “Jogamos esse momento fora, a partir de 2015, com crise e desemprego. E a pandemia agravou tudo”, disse.

O saldo do quinquênio perdido foram as atuais 33 milhões de pessoas “subutilizadas” na economia. Para Alves, seria preciso colocar pelo menos 20 milhões delas para produzir, sob pena de “deixar o trem no bônus passar e os brasileiros ficarem na estação só olhando”.

Em outras palavras, a Brasil precisa superar o seu próprio recorde de empregos, registrado em 2014, quando 45% da população estava ocupada.

A China chegou a 60% da população ocupada no auge do seu bônus demográfico. A esta altura, as chances do Brasil atingirem

se feito são remotas e chegar 53% já seria um bom resultado. “Sem isso, poderemos ficar presos na armadilha da renda média”, diz.

Apenas os países que aproveitaram o seu bônus demográfico para enriquecer, aumentaram o nível de poupança e investimento, conseguiram melhorar a qualidade de vida de sua população. “É aquela velha máxima, só é possível enriquecer antes de envelhecer”, afirma.

Quando as curvas de nascimentos e óbitos se encontrarem, estará consolidada a transição demográfica e a população en-

merará diminuir. A ONU e o IBGE preveem que isso vai ocorrer a partir em 2042 e 2047, respectivamente. Ambas estimativas, no entanto, estão defasadas e devem ser refeitas em breve. A do IBGE foi revisada em 2018, com base nos dados de 2010. A ONU, por sua vez, ainda está consolidando dados da pandemia.

A pandemia acelerou a queda no crescimento vegetativo do Brasil que vinha ocorrendo. Além do aumento das mortes, houve uma redução da natalidade provocada pelo crescimento dos divórcios, redução dos cas-

amentos e adiamento dos planos de ter filhos pelos casais, fenômeno semelhante ao que ocorreu durante a epidemia de Zika em 2015 (ver gráfico ao lado). “Não houve baby boom. Os jovens foram menos às baladas, namoraram mais virtualmente, houve menos gravidez indesejada. No grupo dos adolescentes foi onde a natalidade mais caiu.”

Dados do Portal da Transparência do Registro Civil, levantados pelo pesquisador, mostram que o crescimento da população brasileira em 2020 foi de 1,16 milhão habitantes, cerca de 415 mil pessoas a menos do que projetou o IBGE. No ano passado, o número de mortes ficou 235 mil acima do estimado e o número de nascimentos ficou 237 mil abaixo.

Este ano, comparando previsões do IBGE com dados do Portal da Transparência, o crescimento populacional brasileiro poderá ser frustrado em 1 milhão de pessoas. Antes da pandemia, o IBGE calculava um aumento de 1,6 milhão de pessoas na população brasileira, mas se o ritmo registrado no primeiro semestre se estender até o fim do ano, a população brasileira não

derá crescer apenas em 600 mil.

No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, os dois Estados mais envelhecidos do país, houve um ligeiro decréscimo populacional nos primeiros cinco meses deste ano. As mortes superaram os nascimentos em 532 pessoas no Rio, e em 386 pessoas, no Rio Grande do Sul. Persistindo essa tendência ao longo do ano, os dois Estados ficarão bem longe de alcançar as projeções pré-pandemia, que apontavam para o crescimento vegetativo de 97,2 mil pessoas no Rio e de 43,7 milhões no Rio Grande do Sul. O mais provável, afirma Alves, é que o saldo entre mortes e nascimentos fique próximo de zero nos dois Estados.

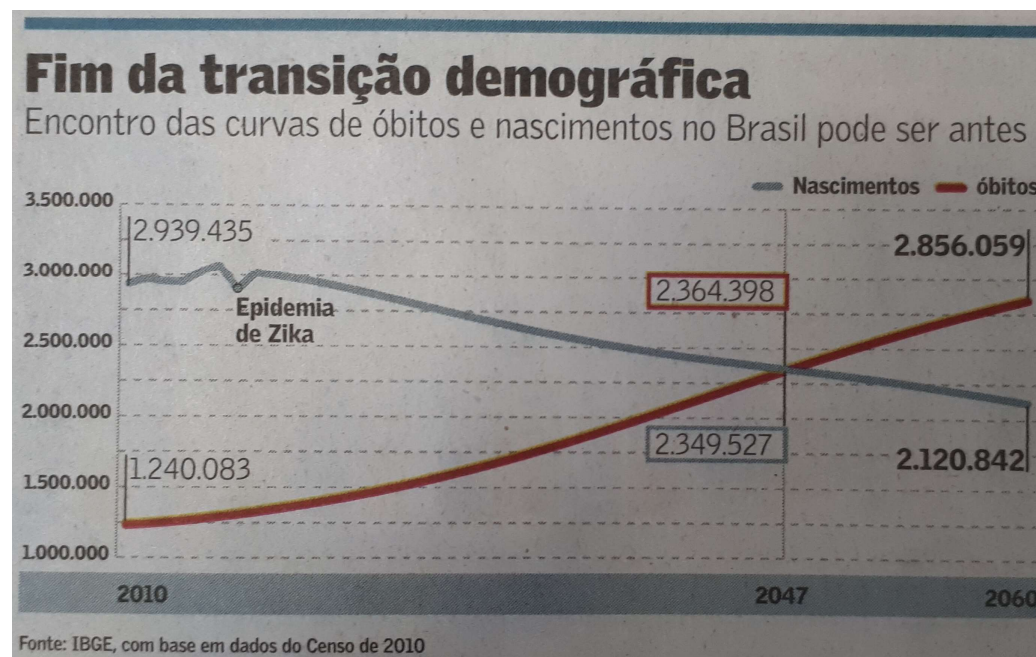
O envelhecimento da população no Rio e no Rio Grande do Sul é simbólico dentro do processo de transição demográfica no Brasil, que tem uma história ininterrupta de crescimento populacional. “Essa queda [na população dos Estados] é conjuntural, por conta da pandemia. Mas o menor crescimento vegetativo no Brasil é tendência estrutural para o futuro de médio prazo”, afirma o pes-

Fim da transição demográfica

Encontro das curvas de óbitos e nascimentos no Brasil pode ser antes

Ano	Nascimentos	Óbitos
2010	2.939.435	1.240.083
2047	2.349.527	2.364.398
2060	2.120.842	2.856.059

Fonte: IBGE, com base em dados do Censo de 2010



População de menos de 15 anos cairá pela metade até final do século

Crescimento da população brasileira a longo prazo

Estudo do Ipea prevê três cenários até 2100

■ Cenário IBGE/Ipea

	2010	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080	2090	2100
População*	194,9	211,8	224,9	231,9	232,9	228,3	218,4	205,3	191,4	177,9
Menos de 15 anos (em %)	24,7	20,9	19	16,8	15,4	14,7	14,2	13,9	13,8	13,7
15 a 64 anos (em %)	68	69,3	67,5	65,8	62,7	59,8	58,1	57,9	57,3	56,9
65 anos ou mais (em %)	7,3	9,8	13,5	17,4	21,9	25,5	27,7	28,2	28,9	29,4

■ Cenário de fecundidade constante

	2010	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080	2090	2100
População*	194,9	211,8	224,9	231,9	232,9	228,3	218,4	205,3	192,1	178,9
Menos de 15 anos (em %)	24,7	20,9	19	16,8	15,4	14,7	14,2	13,9	13,8	13,7
15 a 64 anos (em %)	68	69,3	67,5	65,8	62,7	59,8	58,1	57,9	57,3	56,9
65 anos ou mais (em %)	7,3	9,8	13,5	17,4	21,9	25,5	27,7	28,2	28,9	29,4

■ Cenário de choque populacional

	2010	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080	2090	2100
População*	194,9	211,8	224,9	228,2	226,7	219,6	207,4	191,4	173,9	156,4
Menos de 15 anos (em %)	24,7	20,9	19	16	13,8	12,3	11	10,1	9,5	9
15 a 64 anos (em %)	68	69,3	67,5	66,5	63,6	60,4	57,6	55,8	53,2	50,7
65 anos ou mais (em %)	7,3	9,8	13,5	17,5	22,6	27,4	31,4	34,1	37,3	40,3

Fontes: Ipea, IBGE e ONU. *Em milhões de pessoas.

Valor, 13Out21

Necessidade futura de escolas

Em **20 anos** o Brasil precisará de *menos escolas* do que hoje, simplesmente pelo fato de que o crescimento populacional está diminuindo e **haverá menos crianças**.

Precisamos selecionar as melhores pedagogias, melhores métodos, melhores gestores, melhores professores, enfim, **melhores escolas** para o futuro.

Isso deveria ser um processo natural, sem traumas ou escolhas discricionárias que podem ser incorretas ou inadequadas.

Precisamos de um **processo autoseletivo** que direcione os recursos para onde eles produzem melhores resultados.

Mas como
fazer ???

Como quebrar o **ciclo vicioso da desigualdade**, e conseguir atingir níveis mais altos de *desempenho escolar* e, conseqüentemente, de *produtividade e produção* de riqueza?



SUEn – Sistema Único de Ensino

Proposta de uma reforma (*inclusiva*) da educação

Base fundamental da Reforma

1. Colocar aluno pobre do lado do aluno rico (sentados nos mesmos bancos escolares)

2. Selecionar pedagogia Vencedora (Propostas pedagógicas mais bem sucedidas prevalecerão)

Sistema “Oportunidade-Mérito”

- *Oportunidades* oferecidas:
 - Possibilidade de alunos pobres frequentarem as melhores escolas privadas;
 - Salários *adicionais* aos professores de boas escolas *públicas*;
 - Verba *adicional* para boas escolas *privadas*;
 - Ensino *gratuito* para bons alunos em escola *privadas*;
 - *Bolsa Escola* para bons alunos nas escolas *públicas*;
 - Avaliação do *Mérito*:
 - Pela avaliação regular de *todos* os alunos no Ensino Fundamental;
 - Pela avaliação regular de *todas* as escolas em nível nacional;
 - Pelo *sistema unificado* de avaliação e ascensão;
- São oferecidas ***oportunidades*** a todos os interessados, e **recompensados os bons resultados** obtidos (*mérito*), usando vários mecanismos complementares.

Vejam os:



Aperfeiçoamento do SAEB

- Criação do **ENEF1: Exame Nacional do Ensino Fundamental 1**
 - Ao final do 5º ano
 - Criação do **ENEF2: Exame Nacional do Ensino Fundamental 2**
 - Ao final do 9º ano
 - Obrigatórios para **todos** os alunos, de escolas públicas e privadas.
 - Com base na **BNCC**-Base Nacional Comum Curricular.
 - Usando a **TRI-Teoria de Resposta ao Item** do INEP.
 - Aplicado **anualmente**.
- Foco no *aprendizado* do aluno.

Sistema de Seleção Unificado

- Criação do **SiSEB-Sistema Unificado de Seleção da Educação Básica**, aproveitando o *know-how* do SiSU.
- Classificação no ENEF1 para acesso ao 6º ano e ENEF2 para o Ensino Médio.
- Progressivamente, ao final de 10 anos metade de todas as vagas disponíveis no Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio serão preenchidas por *classificação nacional* dos alunos no SiSEB (**bolsistas**).
- *As vagas remanescentes continuarão a ser preenchidas livremente por critérios próprios das escolas.*

Vagas para bolsistas em TODAS as escolas

- Todas as escolas do Ensino Básico, ***públicas e privadas***, devem atribuir as vagas para acesso via ENEF1 e ENEF2.
- Começando com 5% e aumentando mais 5% ao ano; **chegando a 50% das vagas em 10 anos.**
- Os alunos mais bem classificados no SiSEB, entrarão por esse canal e serão ***bolsistas***, **não pagando nada** pelo estudo no caso de escolas *privadas*, e recebendo **Bolsa Escola** no caso de escolas *públicas para* alunos oriundos das famílias de *baixa renda*.

Bolsa Escola

- Os alunos mais bem classificados no ensino **público** recebem a *Bolsa Escola*.
- Essas bolsas serão pagas pelo **orçamento público** (FNDE, Fundeb ??).
 - Quanto??
 - ❖ MEC – R\$ 279,13/aluno/mês (VAA, meta legal para efeito do Fundeb).
 - ❖ Custo do aluno hoje seria em torno de R\$ 350/mês – estudo IPEA, Sergei Soares (Valor 9/1/20).
 - ❖ Prefeitura de São Paulo pagará R\$ 727,00/mês para creches conveniadas a fim de cumprir metas de universalização de creches (G1 12/11/2019).
 - ❖ Revisão anual de valores, baseado em custos e desempenho.
- ✓ Eventuais custos com material escolar devem ser incluídos no valor da bolsa.

Bolsa Escola

- **Progressão** do valor da bolsa:
 - Educação infantil: R\$ 200,00
 - Ensino Fundamental 1: R\$ 300,00
 - Ensino Fundamental 2: R\$ 400,00
 - Ensino Médio: R\$ 500,00
 - Ensino Profissionalizante (2 anos período integral): R\$ 1.000,00

Acesso inicial (1º ano)

- No preenchimento das vagas para *bolsistas* (50%) no 1º ano do Ensino Fundamental, a prioridade de acesso será dada pelo tempo que o aluno frequentou a **Educação Infantil** (só pública ??), e pelo **HSF - Histórico Sócio Familiar** feito pelo MSAS^(*).
 - Mais tempo na Educação Infantil conta mais pontos.
 - Bom HSF conta mais pontos.
 - As famílias com *menor renda* familiar terão prioridade.
 - *As vagas remanescentes continuarão a ser preenchidas livremente por critérios próprios das escolas.*
- Incentivo à Educação Infantil (muito importante!), e oportunidade para filhos de pais que precisaram trabalhar e deixar os filhos em creches.

(*) Ministério da Saúde e Assistência Social, utilizando alunos dos cursos de ciências sociais de faculdades públicas.

Classificação nacional escolar

- Criação da **CNEF-Classificação Nacional do Ensino Fundamental**.
- Uma versão aperfeiçoada do IDEB irá determinar a CNEF.
 - Todas^(*) as escolas, **públicas e privadas**, serão classificadas nacionalmente com base nos *resultados de seus alunos nos ENEFs*.
- Classificadas em **3 terços: Inferior, Médio e Superior**.
 - Terço Inferior: 0 ao 33º percentil
 - Terço Médio: 34º ao 66º percentil
 - Terço Superior: 67º ao 100º percentil
- Uso de critério de *normalização da distribuição de notas*.
 - Subtrair a média e dividir pelo desvio-padrão

(*)A exceção das escolas listadas no Art. 6º da Portaria MEC nº 366.

I - escolas com menos de 10 estudantes matriculados nas etapas avaliadas;
II - as turmas multi-seriadas;
III - as turmas de correção de fluxo;
IV - as turmas de Educação de Jovens e Adultos;
V - as turmas de Ensino Médio Normal/Magistério (?);
VI - as classes, as escolas ou os serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular; e
VII - as escolas indígenas que não ministrem a Língua Portuguesa como primeira língua.

Premiação aos professores de escolas *públicas*

- Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Superior*** da CNEF receberão **dois salários base** adicionais por ano (14º e 15º salários).
 - Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Médio*** da CNEF receberão **um** salário base adicional por ano (14º salário).
 - Professores de escolas públicas classificadas no ***terço Inferior*** da CNEF **não** receberão premiação.
- Incentivo financeiro à excelência acadêmica.

Premiação para escolas *privadas*

- Escolas privadas, classificadas **somente no terço Superior**, da CNEF receberão do estado uma **Compensação financeira Adicional por Desempenho – CAD** (além das bolsas dadas aos alunos).
 - Parte dessa CAD (a%) deverá ser aplicada necessariamente em *atividades acadêmicas*, incluído aí premiações a professores, investimentos em infraestrutura, material de laboratórios, e cursos de aperfeiçoamento aos professores.
 - A parte remanescente (1-a%) poderá ser *distribuída aos proprietários*, isenta de tributos.
- Incentivo financeiro à excelência acadêmica.

Fundeb = 63% da verba da Educação Básica

- Problemas:

- Falhas na *formação* do fundo

- Nem todas as fontes de recursos de Estados e Municípios são incluídas, portanto enseja cálculo errôneo sobre a capacidade contributiva (riqueza) de cada estado.

- Falhas na *distribuição* do fundo

- As verbas são distribuídas *por estado*, ocasionando desigualdades entre município dentro do mesmo estado;

- Melhorias:

- **Distribuição inicial** por município ou microregião e não por estado, respeitando os critérios iniciais de número de alunos ponderado pelos *critérios socioeconômicos*;

- **Equalização (complementação) posterior** por escola, respeitando *critérios de desempenho* (IDEB).

Desenvolvimento vocacional

- Serão criados **Cursos de Desenvolvimento Vocacional (CDV)** a serem disponibilizados aos alunos em idade escolar, dentro das faculdades de Educação Física(EF) e de Música(M) em todo território nacional.
- Os alunos que tiverem *frequência mínima e aproveitamento* nos CDV receberão **pontuação adicional nos ENEFs** (5% a 10% ??), o que ajudará no acesso aos níveis seguintes de ensino via SiSEF.
- ❖ Esses cursos **não** serão obrigatórios.
- Incentivo à cidadania (investir tempo em cultura e desporto), e tirar crianças das ruas.

Testes de aptidão específica

- Como forma *alternativa* aos CDVs, testes de aptidão específica deverão ser disponibilizados aos alunos do 5º ano e 9º ano.
- Haverá inicialmente o **TAE-Teste de Aptidão Esportiva** e **TAM-Teste de Aptidão Musical**, aplicados pelas faculdades de Educação Física (EF) e de Música (M) em todo território nacional, a fim de incentivar alunos com aptidões específicas.
- Haverá ***pontuação adicional*** (5% a 10% ??) nos ENEFs aos alunos que tiverem aptidões verificadas nas áreas Desportiva e Musical.

❖ Estes testes **não** serão obrigatórios.

Aperfeiçoamento pedagógico

- Os CDV farão parte obrigatória do *curriculum das faculdades de EF e M*, como carga horária de desenvolvimento pedagógico aos alunos, futuros educadores físicos e musicais.
 - Maior parte da carga horária do último ano dos cursos de EF e M deverá ser dedicada a esses CDV.
- É sabido que nossos professores/educadores carecem de maior e melhor *prática de ensino*.

Volta da retenção anual

- Decidida no âmbito acadêmico da escola (sem o conselho tutelar).
- Avaliações bimestrais.
- **Recuperação bimestral** ministrada por alunos de cursos de licenciatura e pedagogia de faculdades públicas.
- Esses **alunos de licenciatura** terão obrigatoriamente que cumprir horas de prática de ensino como auxiliares de ensino nas escolas públicas.
- ❖ Haverá um equilíbrio a ser perseguido pelas escolas (*retenção x evasão*):
 - Escolha entre reter os alunos fracos e sofrer *evasão*, ou não reter e sofrer *avaliação* ruim nos ENEFs.
 - *Retenção tira pontos* no IDEB, com reflexos na CNEF .
 - *Evasão tira pontos* no IDEB, com reflexos na CNEF .

Formação mínima de professores

- Professores de **Educação Infantil** deverão ter um 4º ano de Ensino Médio Técnico (Magistério).
 - Todas as escolas de educação infantil deverão ter pelo menos um educador físico e um educador musical, além de um enfermeiro e um psicólogo (tempo parcial).
- Professores do **Fundamental 1** deverão ter curso superior em *Pedagogia*.
- Professores do **Fundamental 2** deverão ter *Licenciatura* em área de especialização (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).
- Professores do **Ensino Médio** deverão ter *Licenciatura e Mestrado (stricto sensu)* em sua área de especialização.
 - Aumento **substancial** na carga horária de prática de ensino em escolas (estágio).
- 5 anos de prazo, a partir da entrada em vigor, para o professor se adaptar.
- Antigos professores (mais de 20 anos no ensino ??) ficarão dispensados da titulação mínima.

Educação continuada dos professores

- Todos os professores, de escolas públicas e privadas, deverão cumprir carga horária mínima anual de **EC-Educação Continuada** (40 h ??).
 - O Ministério da Educação deverá disponibilizar cursos em EaD-Educação a Distância aos professores a fim de cumprir a carga horária mínima de EC.
 - Os professores da rede *pública* não pagarão pelos cursos de EC que venham a frequentar, presenciais ou EaD.
 - Os custos de desenvolvimento dos cursos EC, disponibilizados *por ente público ou privado*, presenciais ou EaD, desde que atendam certos requisitos, serão bancados por rubrica específica no orçamento público.
 - Na rede *privada*, as escolas e/ou os próprios professores arcarão com seus custos de EC, pagando inclusive pelos cursos disponibilizados por ente público.
 - Poderá ser utilizada parte da Compensação Adicional por Desempenho-CAD caso a escola decida bancar esses cursos.
- Incentivo ao aperfeiçoamento técnico e acadêmico.

Gestão escolar pública

- O corpo gestor das escolas públicas (diretor e coordenadores), receberá *remuneração adicional por função* e será escolhido por **eleição na CEE-Comunidade Escolar Estendida (professores e familiares)**, realizada a cada 2 anos, com peso 50% de votos de familiares e 50% de professores.
 - A continuidade do corpo gestor da escola **dependerá do desempenho** da escola no CNEF.
 - O corpo gestor das escolas no **terço Superior** da CNEF terá sua recondução automática para o biênio seguinte, salvo por motivos fortuitos (manifestados na CEE) ou de força maior.
 - O corpo gestor das escolas no **terço Médio** da CNEF poderá se *candidatar* a reeleição.
 - Nas escolas classificadas no **terço Inferior** da CNEF por *2 anos consecutivos*, os cargos de direção e coordenação acadêmica, com respectivos *adicionais de função*, serão necessariamente perdidos, e seus integrantes não poderão se candidatar para continuidade no biênio seguinte.
 - Se o IDEB da escola subir 50% (?) no biênio, o corpo gestor poderá se *candidatar* à reeleição.
- Incentivo à cidadania e ao comprometimento social com desempenho.

Gestão escolar pública

- **Descentralizar a gestão dos recursos financeiros** e contratações de serviços, tais como:

- Manutenção de rede hidráulica e elétrica;
- Manutenção de telhados, conserto de infiltrações;
- Consertos de equipamentos;
- Reparos para qualificar banheiros e cozinhas.
- Compra de mobiliário e materiais necessários ao ensino;
- Executar planos de prevenção contra incêndios; e,
- Reformas de adequação de acessibilidade;

dando a execução orçamentária desses serviços *diretamente à escola*.

- Orçamento de manutenção em função do *número de alunos* da escola.
- A auditoria, revisão e aprovação de contas da escola será feita pela comunidade (CEE), através de **comitê de auditoria**, como num condomínio residencial.
- Os governos (3 níveis) disponibilizam serviços de consultoria e planejamento, para assessoria das escolas quando necessário.
- A folha de salários continua centralizada nos governos.

➤ Gestão dos recursos na escola, onde eles são realmente utilizados.

Avaliação individual 360

- Todos os professores e gestores de *escolas públicas* deverão passar por **AA360-Avaliação Anual 360 graus** (por alunos, pares e superiores).
 - Essa avaliação será dada a conhecer a toda CEE, e só servirá a fins da própria CEE.
 - Essa avaliação será desenvolvida pelo INEP e cobrirá, além de itens gerais e uniformes, itens particulares às regiões e diferentes perfis de escolas.
- Incentivo ao aperfeiçoamento individual e responsabilidade social.

Limpeza escolar

- A limpeza de todas as escolas públicas do ensino básico deverá ser realizada pela **CE-Comunidade Escolar (alunos e professores)**.
- Os *10 minutos finais* nos períodos matutino, vespertino e noturno, deverão ser dedicados à limpeza das salas de aula pelas respectivas turmas.
- As *áreas comuns* deverão ser limpas em sistema de escala entre as turmas do Fund2 e Médio, incluindo pátios e jardins.
 - Limpeza terceirizada somente para banheiros e áreas administrativas (por questões de saúde e segurança).
- A limpeza e conservação das escolas será verificada em **ARI-Auditoria Regular Independente^(*)**, e **acrescentará ou tirará pontos da escola no IDEB**.

(*) **Alunos de faculdades públicas** receberão a incumbência de visitar as escolas do ensino básico ao longo do ano, e as ARI serão aplicadas via **aplicativo móvel (App)**, mediante resposta a questionários padronizados. Os resultados das ARI serão disponibilizados prontamente à comunidade escolar, permitindo correções ao longo do ano.

➤ Incentivo à cidadania e desenvolvimento social.

Ensino Médio Profissionalizante

Cursos de tecnologia

- Ampliação e reforço de cursos tecnológicos de nível médio nas escolas públicas e privadas.
 - Cursos de 4 anos, dos quais 2 em tempo integral;
 - Acesso via SiSEB/ENEF2;
 - Em conjunto com Estados para fins de infraestrutura e priorização de cursos;
 - Com forte apelo prático nos dois últimos anos (modelo alemão);
 - 100% dos alunos de escolas *públicas* recebem bolsa nos *dois últimos anos* (em período integral; R\$ 1.000);
 - Acesso *adicional* via exames de *seleção local* (ou ENEM...) aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, diretamente para os 2 últimos anos.
 - Ampliação do Sistema “S”;
 - Ampliação de cursos de tecnologia voltados ao *agronegócio* e *turismo ecológico*;
 - Vagas para Magistério (4º ano Ens.Médio) em todas as cidades.
- Voltados ao aumento da produtividade e empregabilidade a curto prazo.

Ensino Superior

Custo por aluno

- Segundo Nota Técnica do Fórum de Entidades Representativas do Ensino Superior (18ago20), baseado em dados do INEP:

Enquanto um estudante do ensino superior público gera um “gasto orçamentário” de R\$ 28,6 mil por ano, o estudante do PROUNI representa um “gasto tributário” de R\$ 4,6 mil por ano. Por 16% do custo, forma-se pelo PROUNI um estudante com índices de performance equivalente no ENADE.

Ensino superior

- O ensino **superior público deixa de ser obrigatoriamente gratuito**.
 - Será decidido no âmbito da Instituição de Ensino se ela vai ou não cobrar anuidades.
 - Unificação de PROUNI e FIES, que passam a ser oferecidos também para vagas nas universidades públicas que cobrarem anuidades.
 - Ao entrar para a faculdade o aluno apresenta o DCSF-*Demonstrativo de Condição Sócio-Familiar*^(*), e recebe bolsa parcial ou integral, para o ano letivo.
 - Revisão anual da concessão da bolsa (critérios sociais e de **desempenho acadêmico**).
- Alunos de faculdades **públicas gratuitas**, deverão pagar o curso recebido (“dívida social”) através de **serviços em órgãos públicos, assim que deixarem o curso**.
 - *Sem vínculo de estabilidade e por tempo compatível* com a complexidade e custo do curso.
 - Independente da conclusão do curso:
 - Se cursou, por exemplo, um ano, precisa “devolver” um ano, em tempo de trabalho ou em dinheiro.
 - A conclusão do curso reduz a “dívida” final (-50% ??); incentivar o esforço para conclusão.
 - A não “quitação” dessa “dívida social” sem a devida justificativa, enseja inscrição em cadastro de devedores.
 - O recém-formado receberá uma bolsa-auxílio (menor do que os salários de mercado); mas como compensação, esse trabalho contará tempo *adicional* para aposentadoria (+25% ??), tanto no RGPS quanto no RPPS.
 - Funciona como uma oportunidade de *primeiro emprego*.
 - No curto prazo supre o serviço público com mão-de-obra qualificada e sem vínculo de estabilidade; no longo prazo equaliza a demanda entre faculdades pagas e gratuitas.
- Libera recursos orçamentários para aplicação no ensino básico.

(*) DCSF será emitido pela Receita Federal do Brasil.

Ensino superior

Implantação de **cotas sociais** (reserva de vagas), em todas as faculdades *públicas*:

- Bolsista de escola pública no Ensino Médio (+Fund2 ??) estará *dispensado* de pagar o curso superior, seja na forma de *mensalidades* seja na forma de *trabalho* ao término da faculdade.
- *O aluno tem a escolha entre usar a prerrogativa de ter a cota (dispensa de pagamento) ou não usar a cota e ter o primeiro emprego no setor público ao sair da faculdade.*

Ensino superior

ENADE

- *Todos os cursos superiores onde se é exigido registro para exercício da atividade profissional (advogados, médicos, engenheiros, contadores etc) serão obrigados a aplicar o ENADE a 100% dos alunos como **requisito para colação de grau**.*
 - *Funciona como **Exame de Suficiência válido por 2 anos para registro profissional**.*
 - *Aluno com **nota suficiente** no ENADE terá 2 anos para se filiar ao Conselho profissional; após esse prazo ele deverá fazer o Exame de Suficiência (aplicado pelo Conselho profissional) para se filiar.*
 - *Criação da **CNES-Classificação Nacional do Ensino Superior**, por área e por curso, com base nos resultados do ENADE.*
 - *Portadores de diplomas do exterior farão a validação do diploma através do ENADE.*
-
- *Incentivo à excelência acadêmica e profissional.*
 - *Estímulo à filiação aos Conselhos profissionais logo após a formatura, que é informação relevante para o planejamento migratório por profissões.*

Cursos de licenciatura e pedagogia.

- Aumento *substancial* na carga horária de **prática de ensino** em escolas públicas do EnsFund (estágio supervisionado).
- Maior parte da carga horária do último ano dos cursos de EF e M deverá ser dedicada aos CDV.
- No caso de estudantes de faculdades públicas gratuitas, o *estágio nos CDVs* conta tempo para abater a “dívida social”.
 - As escolas que recebem os estagiários terão interesse em que o trabalho seja bem feito, já que a escola será classificada na CNEF com base no desempenho dos seus alunos.

DCSF-*Declaração de Condição Sócio-Familiar*

- Realizada pela RFB e pelo Ministério da Saúde e Assistência Social (MSAS).
 - Para que **não haja quebra de sigilo fiscal**, a RFB-Receita Federal do Brasil, dentro de suas prerrogativas de acesso aos dados de renda e patrimônio pessoal, fará análise patrimonial e de renda familiar e emitirá uma declaração classificatória.
 - Além dos dados de renda e patrimônio, serão analisadas informações do HSF-*Histórico Sócio Familiar* para fins da emissão da DCSF.
 - Serão considerados indicadores sociais, tais como:
 - ... critérios IBGE...(?)
 - Tanto a RFB quanto o MSAS poderão utilizar alunos das faculdades públicas (de Sociologia, p.ex.) para fazer visitas e aplicação de questionários às famílias.

Necessidade prevista de profissionais

- Estudar as necessidades futuras de profissionais de cada área de conhecimento
 - Feito via pesquisas juntos às empresas (Caged), associações classistas e conselhos profissionais;
 - Planejamento de estímulo imigratório;
 - Ampla divulgação à sociedade;
 - Estudar as necessidades de servidores públicos por tipo de carreira
 - Feito pela Secretaria de Relações Trabalhistas;
 - Previsão de necessidades futuras de cada órgão;
 - Aproveitamento de estudantes oriundos de faculdades públicas;
 - Previsão de aposentadorias por órgão;
 - Planejamento de concursos públicos;
 - Informação para o orçamento previdenciário;
 - Aposentadoria planejada de professores/educadores:
 - Professores que já atendam as condições para se aposentar (idade, tempo de serviço etc), poderão ser aposentados compulsoriamente e excluídos do serviço público pelo Prefeito/Secretário de Educação do Município ou Estado, a fim de abrir vagas para professores mais jovens.
- Estímulo e direcionamento de estudantes às áreas mais carentes de profissionais.



Proposta de Emenda Constitucional

Para permitir a Reforma Educacional

Emendas constitucionais: Art. 206, inciso IV

De

- “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;”

Para

- “gratuidade do ensino público **básico** em estabelecimentos oficiais;”

Emendas constitucionais: Art. 209

De

- (...)

Para (incluir)

- **Parágrafo único. Por 30 anos, a educação privada deverá, na forma da lei, oferecer vagas para bolsistas no ensino básico.**

➤ Disposição transitória

Emendas constitucionais: Art. 213

De

- Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
 - I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
 - II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Para

- Os recursos públicos serão destinados **prioritariamente** às escolas públicas, podendo também ser dirigidos a:
 - I - escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
 - a) comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
 - b) assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.
 - II – verbas para escolas privadas para o ensino fundamental e médio, na forma da lei.**

Emendas constitucionais: Art. 212-A (Fundeb)

De

Inciso V

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;

Para

Inciso V

c) **de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos)** pontos percentuais nas redes públicas e privadas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;



Alteração da Estrutura Ministerial

Nova estrutura ministerial



**1) Ministério da Educação (Básica)
+ Cultura + Esportes (MEC).**

Objetivo: entregar à sociedade um cidadão formado e produtivo (*PIA-Pop.IdadeAtiva*).



**2) Ministério do Ensino (Superior)
+ Pesquisa + Trabalho (MEP).**

Objetivo: organizar e desenvolver a Força de Trabalho da sociedade (*PEA-Pop.Econ.Ativa*); desenvolver C&T.

MEC-Min. da Educação, Cultura e Esportes

- Secretaria Executiva
 - FNDE/Fundeb
 - **Verba de bolsistas (Educação Básica)**; questões de financiamentos transversais com outros entes federativos e privados.
- Secretaria de Educação Infantil
 - Integração com municípios; registro de matrículas e frequência para fins de contagem de tempo para acesso 1º ano.
- Secretaria de Ensino Fundamental e EJA-Educação para Jovens e Adultos
 - Integração com estados e municípios; acabar com analfabetismo.
- Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica
 - Integração com estados; escolas técnicas (ETECs, ETFed, Sistema “S”).
- Secretaria de Esportes
- Secretaria de Cultura

MEP-Min. do Ensino, Pesquisa e Trabalho

- INEP: Aplicação dos Exames Nacionais (ENEFs, ENEM e ENADE) e Sistemas de Seleção Unificados (SiSEB 1 e 2 e SiSU).
- Secretaria Executiva
- Secretaria de Ensino Superior, Pesquisa e Pós-graduação *stricto sensu*
 - Universidades, Faculdades, Institutos Federais, Capes, CNPq, pesquisa acadêmica, intercâmbio internacional. Foco na qualidade dos cursos e pesquisas.
- Secretaria de Ensino Especializado e Pós-graduação *lato sensu*
 - *Cursos de especialização, extensão, MBAs, educação profissionalizante e educação continuada em geral*
- Secretaria de Pesquisa Aplicada e Tecnologia
 - *Laboratórios, convênios com empresas, projetos especiais (integração com Finep, Embrapa, CTA, IPT, CPqD, Fiocruz...)*
- Secretaria de Relações Trabalhistas
 - *Conselhos profissionais, Caged, Sindicatos, trabalho estrangeiro, planejamento migratório*
 - *Foco são os trabalhadores já em atividade profissional e ingressantes no mercado de trabalho (PEA- Pop Econ. Ativa).*
 - *Proteção social do trabalhador será transferida parte para o Ministério da Saúde e Assistência Social (trabalhadores inativos, afastados ou desempregados) e parte para o Ministério da Fazenda e Previdência Social (aposentados e pensionistas).*
 - Sub-secretaria de relações trabalhistas do serviço público. Coordena *Programa Primeiro Emprego* p oriundos de faculdades públicas gratuitas.
- Planeja, integra, e fiscaliza **os cursos superiores, as atividades de pesquisa e as necessidades de profissionais no mercado de trabalho**. Inclui C&T. Interage no planejamento dos quadros do serviço público federal.



Roteiro de Implementação

Implementação (sequência)

1. Não exigem Emenda Constitucional:

- i. Inclusão das escolas *privadas* na ANRESC (Prova Brasil);
- ii. Aplicação *anual* da ANRESC;
- iii. Volta da *retenção anual* e provas bimestrais;
- iv. Transformação da ANRESC nos *ENEF1 e ENEF2*, com foco na BNCC;
- v. Criação da *CNEF*, usando as notas do IDEB;
- vi. *Premiação* dos professores pela regra dos terços;
- vii. Criação dos SiSEB1 e SiSEB2 no âmbito das escolas *públicas*;
- viii. Implantação dos CDV e Testes de Aptidão;
- ix. Oferta dos cursos de Educação Continuada (EC) aos professores do ensino *público*;
- x. Exigência da EC aos professores da rede *pública e privada*;
- xi. Reforma dos cursos superiores, aumentando ênfase na pedagogia e CDV nos cursos de *licenciatura*;
- xii. Exigência de formação acadêmica *mínima* dos professores;
- xiii. Implantação de *eleições* para Gestão Escolar;
- xiv. Implantação do programa de DCSF – declaração de condição sócio familiar para ingresso no 1º ano;
- xv. Exigência do Exame de Suficiência (ENADE) nos cursos superiores *específicos*;
- xvi. Implantação do Subsídio Escolar para alunos de escolas *públicas*;
- xvii. Implantação do programa de Estímulo à Cidadania (Limpeza Escolar);
- xviii. Implantação do programa de avaliação *individual* AA360;
- xix. Extensão do SiSEB às escolas *privadas*;

Implementação

- 2. Exigem Emenda Constitucional:
 - Implantação do programa de Bolsas em escolas privadas;
 - Implantação da CAD - Compensação Adicional por Desempenho, para escolas privadas;
 - Liberação para universidades públicas cobrarem anuidade;
 - Extensão do (Prouni/Fies) para faculdades públicas pagas;
 - Implantação do programa Primeiro Emprego, para egressos de faculdades públicas gratuitas;
- 3. Não exige Emenda Constitucional:
 - Modificação na estrutura ministerial (MEC + MEP) de Gestão de Educação e Ensino;

Argumentos políticos com escolas privadas

- Há uma compensação (*trade off*) entre os desafios financeiros trazidos para o ensino *básico* privado e mais oportunidades no ensino *superior*.
 - Haverá necessidade de recursos públicos adicionais ao ensino básico, que podem ser parcialmente deslocados do ensino superior público;
 - Isso colocará o desafio ao ensino superior público de buscar novos recursos junto à iniciativa privada;
 - Muitas universidades públicas devem passar a ser pagas;
 - A necessidade de pagar a “dívida social” por parte dos alunos do ensino superior gratuito também deve levar uma parcela deles a buscar o ensino privado.
- Portanto, o que o setor privado deixa de ganhar no ensino básico passa a ganhar no ensino superior.

Estimativa de valores (primeira ideia...)

- **Salário adicional** para professores da rede *pública*:
 - 2,2 milhões de professores x 80% estão na rede pública = 1,76 milhões de professores
 - Salário médio = R\$ 6.000(?) / mês
 - $33\% \times 0 + 33\% \times \text{R\$ } 6.000 + 33\% \times \text{R\$ } 12.000 = \text{R\$ } 6.000$ (um salário/ano)
 - $\text{R\$ } 6.000 \times 1,76 \text{ milhões} = \text{R\$ } 10,5 \text{ bilhões}$
 - **Bolsas** para alunos da rede *privada*
 - 47,9 milhões de alunos x 19,1% nas escolas privadas = 9,2 milhões de alunos em escolas privadas
 - Bolsistas (50% melhores alunos) = 9,2 milhões x 50% = 4,6 milhões de alunos
 - Mensalidade média = R\$ 1.000 (?)
 - Bolsa governamental = R\$ 500(?) / mês x 4,6 milhões de bolsistas = R\$ 2,3 bilhões / mês x 12 = R\$ 27,3 bilhões
 - **Bolsas** alunos classificados nas escolas *públicas*
 - $(47,9 - 9,2)$ milhões de alunos x 50% x R\$ 350 = R\$ 5,5 bilhões / mês x 12 = R\$ 65,5 bilhões
 - Ensino médio profissionalizante = 1,9 milhões de alunos x 50% (2 anos) x 48,8% (públ.) x R\$ 1.000 = R\$ 0,5 bilhão
 - **Compensação Adicional** para *terço superior* da rede privada
 - Perda de receita = $(\text{R\$ } 1.000 - \text{R\$ } 500) \times (4,6 \text{ milhões de alunos} \times 33\%) = \text{R\$ } 0,8 \text{ bilhões / mês} \times 12 = \text{R\$ } 9,6 \text{ bilhões}$
 - **Total** = R\$ 10,5 bi + R\$ 27,3 bi R\$ 65,5 bilhões + R\$ 0,5 bi + R\$ 9,6 bi = **R\$ 113,4 bilhões (aprox. 1,5% do PIB)**
- Esse valor seria *ao final de 10 anos*, quando o programa estiver totalmente implementado (50% de bolsistas). Teríamos 10 anos para abrir 1% do PIB de espaço no orçamento federal.

censo escolar

EDUCAÇÃO BÁSICA

180,6 mil escolas



47,9 milhões de matrículas

48,1%

QUASE A METADE DOS ALUNOS MATRICULADOS SÃO ATENDIDOS PELOS MUNICÍPIOS

Onde estão os alunos?



32% na rede estadual



19,1% na rede privada



0,8% na rede federal



88,9% em área urbana

EDUCAÇÃO INFANTIL



8,9 milhões de matrículas em creches e pré-escolas



71,4% na rede municipal



27,9% na rede privada



10,5% em escolas da zona rural

CRECHES



7,4 mil

CRECHES EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL

3,8 milhões de matrículas (2 milhões em rede pública e 1,7 milhões em rede privada)

56,4% das matrículas em tempo integral

45,3%

das matrículas em creches privadas estão em instituições convencionadas com o poder público

PRÉ-ESCOLAS



102 mil escolas



5,2 milhões de matrículas



11,7% das matrículas em tempo integral

ENSINO FUNDAMENTAL

26,9 milhões de matrículas

86,7% localizadas em escolas urbanas

9,4% matrículas em tempo integral

ANOS INICIAIS

109,6 mil escolas

oferecem os anos iniciais do ensino fundamental

38,8%

dos estabelecimentos que oferecem anos iniciais têm até 50 alunos e apenas 3,9% têm mais de 500

15 milhões de matrículas

67,6%

na rede municipal

19,2%

na rede privada

13,1%

na rede estadual

ANOS FINAIS

11,9 milhões de matrículas

99,6% frequentam o turno diurno

42,9%

na rede municipal

41,6%

na rede estadual

15,4%

na rede privada

ENSINO MÉDIO

7,5 milhões de matrículas



83,9% na rede estadual

12,5% na rede privada

3% na rede federal

17,8% de matrículas no turno noturno

10,8% em tempo integral



Na rede pública, 11,7% das matrículas são em tempo integral

95% das matrículas em escolas urbanas

41% estudam em escolas com mais de 500 alunos

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



1,9 milhão

DE MATRÍCULAS



41,2% na rede privada



38,3% na rede estadual



16,7% na rede federal



1,8% na rede municipal

PROFESSORES E DIRETORES



2,2 MILHÕES DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA



599 mil atuam na educação infantil



1,4 milhão atuam no ensino fundamental



507,9 mil atuam no ensino médio

161,4 MIL DIRETORES



80,8% são do sexo feminino



86,4% têm formação superior

TRAJETÓRIA



94,2% de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental em 2018*



88,7% de aprovação nos anos finais do ensino fundamental



83,4% de aprovação no ensino médio

* os dados sobre trajetória escolar do Censo são calculados com base no ano anterior à coleta

Taxas de Insucesso (reprovação + abandono) por município e etapa de ensino - Brasil 2018



■ De 0 a 2%
 □ De 2 a 7%
 □ De 7 a 10%
 □ De 10 a 20%
 □ De 20 a 100%

ÊNIO BONAFÉ - CURRÍCULO RESUMIDO

Engenheiro Civil, Economista e Contador. Mestre em Economia, Doutor e Pós-doutor em Contabilidade na FEA/USP. Tem mais de 30 anos de experiência profissional. É professor na área de finanças, tendo lecionado disciplinas de gestão de riscos, derivativos, finanças corporativas, econometria e estatística, na FEA-USP, FGV, Mackenzie, Fipe, Fipecafi e outras.

Pai de 3 filhos e um neto.

eniobonafe@gmail.com, (11) 98281 2905